

A construção social da loucura e o suplício de um louco no conto André louco de Bernardo Élis¹

The social construction of madness and the supplement of a mad in the tale André louco of Bernardo Élis

Marcos Delson da Silveira

Mestrando em História
Pontifícia Universidade Católica de Goiás
marcos.delson@hotmail.com

Maria Cristina Nunes Ferreira Neto

Doutora em História
Pontifícia Universidade Católica de Goiás
mariacris.nfn@gmail.com

Recebido em: 20/03/2020

Aprovado em: 14/04/2020

Resumo: Este artigo, fundamentado em pesquisas bibliográficas, objetiva demonstrar a construção social da loucura presente no conto *André louco* de Bernardo Élis. Para tanto, parte-se da hipótese de que desde o início do conto, no suspense da criança que narra e vive a história, a representação social da loucura imprime nas mentalidades que o louco é desprovido de bons sentimentos, cruel, possuído, assassino e, portanto, uma vez estigmatizado, deve ser retirado do convívio social. A exclusão de André redundava, por uma série de acontecimentos presentes no conto, na prisão e, por fim, no suplício. Na conclusão, levantam-se alguns argumentos relacionados ao movimento antimanicomial e aos tratamentos extra-hospitalares.

Palavras-chave: Construção social; Estigmatização; Suplício.

Abstract: This article, based on bibliographic research, aims to demonstrate the social construction of madness present in the short story *André crazy* by Bernardo Élis. Therefore, it is assumed that since the beginning of the story, in the suspense of the child who narrates and lives the story, the social representation of madness prints into the mentalities that the mad person is devoid of good feelings, cruel, possessed, murderer and hence, once stigmatized, it should be removed from social life. André's exclusion results, due to a series of events present in the story, in prison and, finally, in torture. In the conclusion, some arguments are raised regarding the anti-asylum movement and extra-hospital treatments.

Keywords: Social construction; Stigmatization; Suffice.

¹ Agradeço ao Prof. Dr. Eduardo Sugizaki que me apresentou o conto “André louco”.

Introdução

“A função do historiador é lembrar a sociedade aquilo que ela quer esquecer”

Peter Burke

Este artigo tem como fonte principal o conto *André louco* do Corumbaense Bernardo Élis. Este conto de Bernardo Élis, embora seja um trabalho de Literatura², tem como vertente principal acontecimentos históricos. Segundo Curado (2019, p. 12), estão presentes no conto *André louco*, além da cultura e paisagem de Corumbá de Goiás, “a Igreja da Penha; a cadeia velha (onde está o correio), o sobrado do coronel João José, a casa paterna, certas ruas e largos e a estrada que subia o morro (Rua Aurélio Curado).” Somando a esses fatos ambientais destacados, Curado (2019, p. 11-2) afirma que o próprio André foi real, era louco, gritava, foi preso, fugiu e, por fim, morreu na cadeia da cidade:

na madrugada do dia quinze de maio de 1920, um louco chamado André, da fazenda Areias, correu as ruas da cidade gritando e chamando o povo para confessar, tendo sido encarcerado na cadeia pública. No dia vinte e dois de maio o louco fugiu da cadeia indo até a sede da Banda 13 de maio, na esquina da Rua das Flores com a Rua Direita, retornando depois para a prisão [...]. A oito de outubro de 1920 – amanheceu morto o preso louco André. E o sacristão Pulquério Fernandes registrou o óbito: ‘Aos nove dias do mês de outubro de mil novecentos e vinte, nesta cidade de Corumbá, foi sepultado no cemitério público [...] André Batista de Moraes, de trinta e oito anos de idade [...] o qual faleceu em consequência de diversos ferimentos em seu corpo produzidos por si mesmo que se achava louco’ (CURADO, 2019; p. 11-2).

No ano de 1920 o escritor Bernardo Élis tinha de quatro para cinco anos de idade e a cidade de Corumbá de Goiás pouco mais de 14. 600 habitantes, sendo que 95% desse montante residia na zona rural (CURADO, 2007, p. 28). Semelhante ao que relata Élis no conto, o movimento real de um louco na cidade, certamente, ficou no imaginário das pessoas, o louco virou personagem que se estagnou por certo tempo nas rodas de conversa³, sendo, em tempo hábil, transformado em história por Bernardo Élis. Tirando os excessos por vezes extravagantes da imaginação literária, o conto por si só não é história, mas tem base histórica.

Neste sentido, neste artigo, adentrando no conto, buscou-se como objetivo não necessariamente historicizar os fatos, e sim, em específico, demonstrar a construção social da

² Segundo Pesavento (2005, p.91), a ficção é uma das características da História cultural, enquanto entende ficção como aquilo que é criado a partir do que existe.

³ “A grande vida na cidade era o encontro que todas as noites mantinham os irmãos, cunhados, genros, sobrinhos, netos etc., na casa de meu avô, quando se discutiam largamente os acontecimentos mundiais e nacionais registrados e divulgados pelos jornais trazidos pelos correios... com vinte dias de atraso...” (ÉLIS *apud* CURADO, 2019, p. 07)

loucura que, utilizando-se de um imaginário de morte, conduz André ao suplício. Para tal fim, a reflexão pautou-se na hipótese que indica que a loucura de André, do conto de Élis, teve como um dos parâmetros a estigmatização oriunda de vários acontecimentos do cotidiano, isto é, do senso comum. Esses acontecimentos atribuídos a André imprimiram na mentalidade social que eram acontecimentos típicos de alguém louco. A representação social da loucura que estigmatizou André conduziu-o a exclusão na prisão e, posteriormente, ao suplício no sítio dos irmãos.

Este trabalho é fruto de levantamentos bibliográficos e da *Thaumasia*⁴ dos autores, tendo com principais obras o conto *André louco* de Bernardo Élis e a obra *Vigiar e Punir: nascimento da prisão* do filósofo Michel Foucault. Este artigo justifica-se na tentativa de ser um exercício de reflexão sobre o tratamento oferecido as pessoas acometidas de transtornos mentais antes da construção dos Hospitais Psiquiátricos no que tange certas formas de tratamentos oferecidos pela sociedade e o aprisionamento do acometido de loucura nas cadeias públicas das cidades junto com pessoas delituosas.

Antes de iniciar a introdução, a frase de Peter Burke é para fazer menção ao artigo publicado na Folha de São Paulo, do dia 11 de fevereiro de 2019, com texto escrito pela articulista Natália Cancian com o título: “Não podemos censurar técnicas, diz ministro da saúde sobre ‘eletrochoque’”. Essa reportagem da Folha de São Paulo está alicerçada na Nota Técnica do Ministério da Saúde nº 11/2019 – CGMAD/DAPES/SAS/MS que dá “esclarecimentos sobre as mudanças na Política Nacional de Saúde Mental e nas Diretrizes da Política Nacional sobre Drogas”. Esta Nota Técnica supracitada, segundo a reportagem, autoriza a compra de aparelhos de eletrochoques pelo SUS – Sistema Único de Saúde. A aquisição de tais aparelhos tem um significado histórico, um significado humano, carrega um símbolo ligado à dor e ao sofrimento, por isso a carta aberta de repúdio à Nota Técnica nº 11/2019 feita pelo Conselho Federal de Psicologia no dia 08 de fevereiro 2019. Por mais que os novos aparelhos para a terapia eletroconvulsiva tenham suas peculiaridades que os diferenciam dos antigos aparelhos, a memória (*Mnemósine*) instiga um questionamento oriundo do “progresso” técnico-científico: esses aparelhos são necessários? Essa reportagem mencionada da Folha de São Paulo conduziu-me a assistir o documentário *Passageiro de Segunda Classe* que originou a *Thaumasia* e o desejo de escrever o presente artigo que trata, entre outras coisas, do sofrimento de André louco análogo,

⁴ A palavra *Thaumasia* significa espanto, admiração, inquietude.

acredita-se, ao sofrimento de muitos “Andrés” imersos na loucura, na sociedade construída para acolher os “normais” e excluir os “anormais”.

A construção social da loucura no conto “André louco”

“Que é isso?” Eis a pergunta de espanto que inicia o conto “André louco” de Bernardo Élis (2005, p. 19). Este espanto propedêutico de uma criança não se alicerça exclusivamente naquele momento de anomia presenciado na introdução da “história” de André. Este espanto inicial está carregado de medo de uma criança diante a interpretação da loucura que se extraía dos dizeres das pessoas que lhe eram próximas. Para o imaginário social⁵ dos personagens do conto de Élis, o louco é o irracional, o demente, o possuído, o criminoso, o digno de piedade e são essas percepções que povoam a imaginação da criança diante a possível presença de André. Por isso, o espanto da criança está inebriado da representação social⁶ da loucura da cultura a qual faz parte.

Assim, no deslanchar do conto, percebe-se que a violência contra André surge, antes de tudo, como enfatiza Sémelin (2009, p. 29), “de uma maneira de se ver o ‘Outro’, de estigmatizá-lo, de rebaixá-lo e anulá-lo, antes mesmo de matá-lo”⁷. André é sujeitado a uma morte brusca, estúpida que lhe serve como forma de purificação ou livramento do “espírito da loucura”. A morte é o resultado do medo que estava arraigado na sociedade, medo que é fruto de uma série de acontecimentos que contribuíram para a construção do “monstro” André. Daí extrairmos a premissa de que muitos traços da loucura de André era fruto da construção social entorno do que seja a loucura.

Neste escrito entende-se que quando uma cultura utiliza o conceito “louco” em sentido pejorativo, indica disciplina⁸, pois impõem o “não louco” como modelo a ser seguido – razão/desrazão. Nesta imposição, entre o “louco” e o “não louco”, elabora-se modelos de exclusão para ausentar ou remodelar a “loucura” dentro dos parâmetros de sanidade ou, no

⁵ “Entende-se por imaginário um sistema de ideias e imagens de representação coletiva que os homens, em todas as épocas, construíram para si, dando sentido ao mundo (...)” (PESAVENTO, 2005, p. 22-3).

⁶ “As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, com o fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência.” (PESAVENTO, 2005, p. 22).

⁷ O autor citado não está se referindo a loucura, mas ao massacre, no seu livro Purificar e destruir: usos políticos dos massacres e dos genocídios.

⁸As disciplinas são formas gerais de dominação, “uma arte do corpo humano”, nascidas entre os séculos XVII e XVIII, que visa formar uma relação “que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente”. (FOUCAULT, 2014, p. 135).

mínimo, dos parâmetros considerados aceitos na cultura, uma espécie de Microfísica do poder⁹. Como é a cultura que estipula quem é o “louco”, e o faz seguindo um modelo de “normalidade” que ela mesma criou, pode-se dizer que a cultura constrói os seus próprios loucos e, simultaneamente, constrói os mecanismos para discipliná-los, sujeitá-los, tornando-os corpos dóceis¹⁰, isto é, submissos e, quando possível, produtivos. Parafraseando Foucault (1975, p. 71), André louco é “louco” em virtude da cultura onde está, pois é esta cultura que o considera como louco, é esta cultura que compõem o que é ser “normal”. É esta cultura que o aprisiona, dando-lhe como castigo, a prisão, a segregação e a morte.

Portanto, o espanto inicial do conto é simbólico¹¹ e está enraizado no imaginário social da loucura, é o espanto do conto que transmite a necessidade do questionamento, pois é impossível ler tantas barbaridades, oriundas do imaginário coletivo da loucura, com indiferença, sem interpelar a fictícia sociedade e as loucuras que Bernardo Élis nos apresenta por intermédio do sofrimento de André. Sofrimentos intrínsecos à própria construção e interpretação daquele visto como louco.

Não por acaso, no conto, Élis deixa tangível o fluir da imaginação da criança. A imagem construída, logo após o espanto inicial do conto, relembra o suspense – latidos de cachorros, correntes sendo arrastadas pelas calçadas de forma tétrica e enervante, silêncios repentinos – que coaduna com os dizeres imbuídos de medo: “um medo danado de que o louco entrasse ali e matasse meu pai, me matasse, matasse minha mãe, quebrasse os santos e desse pescoções na preta Joana” (ÉLIS, 2005, p.19-20). Esta conclusão da criança a possível ação do louco é inerente à representação de que o louco é, necessariamente, um assassino desprovido da graça divina, ao ponto que Joana, empregada da família, no que tange a visão religiosa no mal, acrescenta ao ideário do louco a imagem demoníaca (ÉLIS, 2005, p. 87), modelo-mítico religioso de compreensão da loucura que acompanha, ao longo do conto, o imaginário dessa senhora e daquela cidade descrita/inventada por Élis.

⁹ Para Foucault (2014, p. 30), o poder não se concentra no Estado, ou numa classe dominante, está em todos os setores da sociedade. “Esse poder se exerce mais do que se possui,” é uma “rede de relações sempre tensas”. É posta em jogo pelos aparelhos e pelas instituições, “mas cujo campo de validade se coloca de algum modo entre essas grades funcionamentos e os próprios corpos com sua materialidade e suas forças”.

¹⁰ Para Foucault (2014, p. 134-5), houve na Época Clássica a descoberta do corpo como objeto de alvo e poder. O corpo é manipulado, treinado à obediência. Torna-se útil e inteligível. O corpo torna-se dócil. “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado”. Diferente dos outros mecanismos de controle do corpo presentes em todas as outras épocas, agora, trata-se de trabalhar o corpo “detalhadamente; de exercer sobre ele uma coerção sem folga”.

¹¹ No sentido de que remete a algo além do próprio espanto. A cruz é simbólica, pois eleva o pensamento para algo além da cruz.

Percebe-se que a leitura do conto não apresenta “vozes” da loucura. O que retira André do anonimato, além do sofrimento, são urros, chutes e o medo social. Fala-se muito de um “fantasma” André, de uma “sombra” em torno da qual se construiu uma história da loucura. História de suspense, de terror, que causa medo, espanto, lágrimas, morte e imaginação. Imagens reais de um ser humano carente de tratamentos. Imagens irreais provocadas pelo medo do desconhecido, neofobia ou fobia do pouco que se sabia e das histórias que se escutava. Anseios e medos típicos de uma sociedade que desconhecia a dimensão humana do “louco” por faltar-lhes conhecimentos sobre a dimensão da dignidade humana.

A sociedade do conto de Élis vive um “trauma social¹²” inerente à figura do “louco cruel” que estrangulava e assassinava pessoas, ateava fogo e raptava crianças. Diante esses fatos, na construção da visão social, os discursos estarão carregados da “não aceitação desse outro violento,” não aceitação imbuída em um medo paranoico do que se supõe que ele fez e do que se supõe que irá fazer. No momento em que o medo se intensifica, surgem discursos envoltos em afetos que penetram os ouvidos e os sentimentos carregando-os de símbolos ligados ao ódio e a recusa. Discursos que depositam sobre o “louco” toda a angústia coletiva transformando-o em um inimigo que precisa ser combatido, destruído, assassinado. Escuta-se a recusa - “o lugar dele não é aqui” - de um imaginário que “se alimenta do real para deformar o estado de realidade daqueles que ele designa como vítima para torná-los realmente assustadores. Imaginário e real aparecem então inextricavelmente ligados” (SEMELIN, 2009, p. 46). No caso de André, um imaginário de morte e para a morte.

Pressupostos do espanto inicial e a prisão de André louco

Uma vez construído o imaginário social de não aceitação da loucura, o corpo do “louco” tende a ser manipulado, docilizado e, quando impossível controlá-lo, desemboca-o no “não ser”. Se se o corpo em estado de “loucura” não obedece, precisa ser preso, excluído do convívio ou amansado por outras técnicas, como o espancamento, eletroconvulsão (eletrochoque), disciplinas, fármacos ou, no caso de André louco, o exílio, os maus-tratos, o colete de couro, que retira do “louco” mais do que a “loucura”, abstrai o seu “eu”, remove, utilizando-se de “enchentes” catastróficas, a “identidade” construída na insanidade. Insanidade que “em si mesma” não se percebe, não se sabe, não se escuta. Insanidade que percebe o mundo com um olhar não disciplinado por normas de conduta, que observa de forma diferente o que todos veem de forma

¹² Neste sentido, o trauma é entendido aqui como uma experiência social emocional que deixa marcas profundas na consciência coletiva.

semelhante. Pune-se o que se é diferente e, que na sua singular diferença, não promove o mal a outrem e nem a si mesmo, simplesmente incomoda a “normalidade” construída sob a égide que fomenta a gana incessante pelo jogo de poder, pelo controle dos corpos. Insanidade que no máximo do seu não saber reage aos maus-tratos em um instinto natural de autopreservação.

A “normalidade” dos que enclausuram e excluem André está envolta em misticismo, religiosidade, preconceitos e suposições folclóricas. Neste tópico, em que descreveremos a prisão do “louco” André, ficará perceptível a construção do imaginário social da loucura e a própria construção do “louco” em torno do qual Élis teceu a história. A ação de espanto da criança, que é inicial ao conto, como supracitado, está imerso em uma série de acontecimentos pressupostos ao espanto. Quero dizer que o espanto é motivado. Quais são esses acontecimentos? Diz Élis:

André, desde mocinho, tinha um gênio insuportável. Na quadra da folia, na cidade, embriagou-se e fez um tempo quente que ficou memorável. Deu no delegado, nos bate paus, saiu pelas ruas dando tiros nas paredes. Todo o mundo fechou as portas e uma bala ricochetada atravessou os seios de Angelina baiana – aquela peitaria de meio metro que ela trazia sempre à mostra entre as rendas do cabeção. Foi Antão arrieiro que o abotoou de supetão no quebrar da esquina (...). (ÉLIS, 2005, p. 20-3).

Élis descreve esses acontecimentos da juventude de André como “memoráveis”, isto é, que ficaram na memória coletiva da cidade. Esses acontecimentos ganharam valor quando foram superqualificados como importantes. Percebe-se que Élis fala de uma cidade de pequeno porte, típica do interior de Goiás do início do século XX, onde, provavelmente, todas as pessoas se conheciam¹³. Uma feitoria dessa grandeza poderia ser interpretada de várias formas, neste específico, André estava embriagado e armado o que conduziu o rapaz, pelos motivos expostos, a fugir da cidade e ir ao sítio dos irmãos retornando somente três anos depois. Quando retornou,

estava André carregando milho da roça para o paiol, quando (...) saltou para cima do carro, gritou uns gritos feios com os bois, metendo o ferrão (...). Os bois se arcaram, a boca aberta num mugido longo e baboso, com o carro levado num arranco, aos pulos, aos trancos, até sumir no capão (...). No outro dia acharam o rodeiro do carro partido (...). Dois bois (...) estavam assim dum lado da estrada, com as pernas quebradas. Muito mais longe, num Itambé, a mesa do carro. De André, nem rastro¹⁴ (ÉLIS, 2005, p. 22).

¹³ Pelo mencionado na introdução é possível supor que Élis refere-se a Corumbá de Goiás, cidade natal do autor.

¹⁴ Um pouco adiante no conto, Joana busca esclarecer esse ocorrido. Para Joana, André estava com o espírito de Romãozinho no corpo, e indica na fala o início da loucura de André em virtude desse espírito. Diz Joana que no dia desse ocorrido com os carros de bois, André permitiu Romãozinho carregar no carro uma trouxa de roupa. Perceba que mesmo sendo Romãozinho um espírito, André conversa com ele, dando-lhe permissão (ÉLIS, 2005, p. 88-9).

Esses acontecimentos, somados aos tiros e a embriaguez, contribuíram para estigmatizar André de louco, um louco que, não se sabe bem o porquê, andava armado quando jovem e, como a maioria dos jovens, embriagado agiu de forma inesperada, irresponsável e surpresa. Contudo, uma vez de posse da “loucura”, todos os males posteriores na cidade foram atribuídos a ele, isto é, ao “louco”.

Entre os acontecimentos posteriores na cidade, Lorindo estava na roça com a mulher e três filhos pequenos quando atearam fogo no seu rancho.

Em casa tinha deixado a filha mais velha, de oito anos, com os dois menores. Nisto a menina chega gritando na roça: que tinha um homem no rancho batendo nos meninos e querendo atear fogo na casa. Quando Lorindo chegou só restava a fumarada. Um dos meninos nunca mais encontraram. A notícia correu e ninguém pensou senão em André louco (ELIS, 2005, p. 23).

Todos pensaram, evidentemente, no “louco”, no desprovido de razão e de bons sentimentos. Entre fatos e mitos, outros fatos foram atribuídos à loucura de André: “A Luciana (...) foi estrangulada. Lavava uns panos no córrego e vai um homem sai de dentro do mato e pula no pescoço da velha. Como ela gritasse, vieram os filhos e ainda puderam ver André louco montado na cacunda da velha, abarcando-lhe o cangote” (ELIS, 2005, p. 23). Em meio aos gritos, a emoção do momento e a correria, avistaram alguém estrangulando a mulher e, diante os últimos acontecimentos que fomentava a visão social sobre André que indicava a menção de um “louco feroz”, logo avistaram André louco no pescoço de Luciana. O valor que dão aos acontecimentos atíca as pessoas, fomenta a imaginação, constrói imaginários que perpassam as mentalidades. Seria realmente André? Segundo Rego Santos (2017, p. 50-1),

não se pode nem mesmo dizer que de fato as notícias sejam de André, muito menos asseverar que tenha sido ele o autor do incêndio no referido rancho. Trata-se de uma construção social e imaginária de que o louco possa, supostamente, ter cometido o crime. Atribuíram também a André a tentativa de estrangulamento de Luciana (...). Em ambos os casos, se foi o louco, não se sabe, mas ele não era ouvido, sua palavra não seria considerada diante de testemunhos de pessoas consideradas normais e lúcidas.

No contexto da cidade, escrita por Élis, a palavra do louco, assim como suas ações, não tem razão, coerência, clareza, lógica e, portanto, é desprovida de verdades e carece de sentidos. Como pretende Descartes (2008, p. 36), o erro e o sonho podem até ser direcionadas à verdade, mas o louco não (FOUCAULT, 2008, p. 46). Percebe-se que a palavra torna-se ausente na carência da pretensão de verdade e, portanto, não gera o diálogo autêntico, não gera autodefesa ou sentidos. Assim sendo, se é o louco que fala, não é necessário ouvi-lo. Se não é necessário

ouvir o louco, a sociedade fala por ele, no caso de André louco, excluindo-o, aprisionando-o sem o direito ao contraditório e a ampla defesa. Restam-lhe gestos, sofrimentos, berros e, por fim, o aniquilamento trágico, cruel e covarde.

Neste interim, já que o louco do conto de Bernardo Élis não tem voz, somente gritos noturnos e uma corrente para arrastar, e mesmo se tivesse voz não precisaria ser ouvido, assim que foi encontrado, mesmo sem a certeza de que os crimes foi ele quem os cometeu, foi preso. No Estado de Goiás, no início do século XX, era prática o aprisionamento de pessoas acometidas de loucura junto com criminosos em cadeias públicas. Segundo o jornal Democrata (16 abr. 1926 *apud* Paula, 2012), não é possível precisar o início dessa prática de isolar os loucos em cadeias públicas junto com criminosos, o que é possível precisar é o fato de que essa prática só crescia dia após dia, transformando as prisões em Manicômios. Essa era uma prática recorrente não só no Estado de Goiás, Foucault (2008, p. 10), quando fala da “Nau dos loucos” na História da loucura e se refere à Renascença, afirma que Nuremberg acolheu grande número de loucos e os alojava, mas não os tratava: eram “pura e simplesmente jogados na prisão”. Corroborando com o Jornal Democrata e com Foucault, Iglésias (2004, p. 484), comentando sobre o surgimento do Hospital psiquiátrico no Brasil (1853), afirma que antes “as Santas Casas colocavam-nos (alienados) em celas gradeadas, onde o tratamento deixava muito a desejar, chegando a inumano. Naquela época, a terapêutica do alienado limitava-se à segregação e à coerção. No interior do país, os loucos furiosos eram recolhidos às cadeias públicas”. A prisão era uma forma de exclusão do “alienado”, não havia a intenção do tratamento e, em muitos casos, nem condição para isto.

No contexto da prisão de André, quando o encontraram estava ferido e, mesmo nessas condições, jogaram-no no calabouço frio e úmido, magro, algemado e acorrentado os pés (ÉLIS, 2005, p. 23). A presença de André na cadeia da cidade incomodou as pessoas que residiam próximas ao local. O que mais adiante, no conto, será motivo para buscar retirá-lo da cadeia, porém sem lhe proporcionar outro destino que pudesse garantir, uma vez considerado louco, um tratamento. Fato é que “o pessoal do largo da cadeia mudou-se quase todo”, pois André louco gritava até não conseguir mais de dia e de noite. “Gritos horríveis, irracionais e dolorosos”. Um grito horrível é um grito estrondoso, porém é possível assemelhar o “horrível” com a própria interpretação da “loucura”, também considerada horrível, ao ponto de Josefa “morrer de medo de ficar louca”. Às vezes o que incomodava não eram os gritos em si, mas é o fato de a imaginação saber de onde eram proferidos e quem os proferia. Era o “louco”, na imaginação de

muitos da cidade de Élis, o possuído, o assassino, o estrangulador está aqui perto. Seria difícil controlá-lo em caso de fuga, uma vez que era um animal “irracional”, por isso os gritos são animais e não humanos. Eram gritos de dor e sofrimento que eram interpretados, não do ponto de vista de André, mas do ponto de vista dos incomodados. Os gritos de André eram motivos de desespero para os habitantes da cidade, eram gritos que “acordava assombrações e pesadelos”.

A assombração é uma imagem fantasmagórica, muitas vezes, ligada a um mundo sobrenatural de anjos, mas também de demônios, isto é, de “loucos”, de insanos, que tentaram sobrepujar a imagem do bem, do inacessível, do onipotente, designada a Deus. E somado ao fantasmagórico, os pesadelos, isto é, os sonhos ruins dos quais as pessoas buscam se libertar. O louco incomodava livre e agora incomoda preso, está no consciente e no inconsciente da cidade, se apresenta horrivelmente mesmo nas atividades oníricas e no desespero do silêncio onde as pessoas angustiadas esperavam novamente o berreiro do louco (ÉLIS, 2005, p. 23).

Uma vez descompassado da figura humana e próximo ao animalesco, para André louco na prisão

a comida ia envolta numa folha de jornal. Prato, André quebrava. Nem colher, nem garfo podia ele ver (...). Constantemente o pacote se rasgava e a bóia caía no chão. O demente esse dia não se alimentava, ou comia catando os grãos de arroz e feijão, misturados com terra (...) (ÉLIS, 2005, p. 30).

Paula (2012, p. 130-5) afirma que “no limite do que é ou não humano, André (...) passa pelas mesmas mazelas físicas equivalentes às que durante muito tempo foram utilizadas como tratamento psiquiátrico”. Nesta linha crítica à psiquiatria, Cooper (s/d. p. 27), no livro *Psiquiatria y antipsiquiatria publicado em 1967, afirma que* “ao falar da violência em psiquiatria, a violência que nos confronta descaradamente dando gritos, a violência proclamada em alta voz é a violência sutil e sinuosa que pessoas “saudáveis” comentem contra os rotulados “loucos”. Enquanto a psiquiatria representa os interesses ou os pretensos interesses dos saudáveis, descobrimos que, na realidade, a violência na psiquiatria é a violência *da psiquiatria* (tradução do autor)”. Assim, para “curar” a anomalia e o “louco” alcançar a “normalidade,” o castigo físico e psicológico era ato típico, parece-nos, não só com o André fictício de Élis, mas com milhares de “Andrés” espalhados pelas ruas e pelos Manicômios do mundo.

O espanto inicial do conto tem todos esses acontecimentos supracitados e a fuga de André da cadeia pública. Havia toda uma visão social sobre a figura de André. Por isso, no

desenrolar do conto, diante acontecimentos que envolvem diretamente a “honra” do pai do menino-narrador do conto, André louco é apontado como culpado (ÉLIS, 2005, p. 58). Diante desses acontecimentos com seu João e diante vários outros acontecidos na cidade, que envolveu a “honra” e o medo de várias pessoas, André é enviado ao sítio dos irmãos. O envio de André ao sítio dos irmãos é o primeiro passo para o suplício do louco.

O suplício de André louco

Uma vez acuado, o monstro precisa ser detido. O divertimento medonho da cidade, a causa dos medos e dos incômodos carece de um “destino” longe dos “normais”. O “louco” não precisa só de um local de exclusão, o “anormal” precisa ser silenciado. André não estava indo só em direção ao Sítio dos irmãos, ia também em direção ao “destino” histórico da anormalidade (exclusão), no caso específico do louco André, ia em direção ao suplício.

Michel Foucault (2014, p. 36-7), no livro *Vigiar e Punir*, afirma que o suplício deve “produzir uma certa quantidade de sofrimento que se possa (...) ao menos apreciar, comparar e hierarquizar”. A morte é um suplício quando tem “o termo final de uma produção calculada de sofrimento (...). O suplício repousa na arte quantitativa do sofrimento”. Ele, o suplício, é um ritual da liturgia que obedece a duas exigências: um olhar na vítima e outro na justiça. “Em relação à vítima deve ser marcante (...). E pelo lado da justiça que o impõem, o suplício deve ser ostentoso (...)”. Por isso, “o fato de o culpado gemer ou gritar com os golpes (...) é o próprio cerimonial da justiça que se manifesta em sua força”. Segundo Foucault (2014, p. 50-7), o suplício não é um ritual de ódio e rancor, é um ritual jurídico-político. O crime cometido é uma afronta à lei e ao soberano. Nestes termos, “o suplício (...) é um cerimonial para reconstituir a soberania lesada por um instante”. Na execução da pena deve preponderar a “força física do soberano que se abate sobre o corpo de seu adversário e o domina (...), se apodera do corpo do condenado para mostrá-lo marcado, vencido, quebrado”. Assim, o suplício reativa o poder lesado do soberano: “suas crueldades, sua ostentação, a violência corporal, o jogo desmensurado de forças, o cerimonial cuidadoso, enfim, todo o seu aparato se engrenava no funcionamento político da penalidade”. Toda a crueldade que

paira sobre o suplício desempenha, portanto, duplo papel: sendo princípio da comunicação do crime com a pena, ele é por outro lado a exasperação do castigo em relação ao crime. Realiza ao mesmo tempo a ostentação da verdade e do poder; é o ritual do inquérito que termina e da cerimonia onde triunfa o soberano. E ela os une no corpo supliciado (FOUCAULT, 2014, p. 57).

Em André louco, o suplício remete-se ao corpo, ao sofrimento no sítio dos irmãos, onde acontece um ritual medonho de dor que é “aplaudido” pela inércia das pessoas próximas. André é marcado pelas feridas tanto físicas como ideológicas. Isso acontece porque a sociedade em crise abre-se à violência. A lembrança dos fatos pode provocar um medo que se transforma em vingança. A morte de André é a ostentação da ignorância. A dor, os gemidos, as feridas, as varejeiras, a creolina, a morte fazem parte do ritual de ostentação que acontece entre o corpo de André e a crença de um povo que acredita ser justo o que faz.

No sítio, os irmãos de André prenderam-no ao moirão do curral, pela corrente que ele trazia no tornozelo. Ali passava o dia inteiro gritando, arranhando o chão, andando em torno do toco. Ali defecava, mijava. Ali caíam dendritos alimentícios. Tudo isso formava uma lama fedorenta em que o louco chafurdava. Vinham porcos e cachorros famintos disputar aqueles restos de comida e o demente se divertia em pegá-los e matar. Para evitar isso os irmãos puseram um vigia, - um menino (...) (ÉLIS, 2005, p. 102-3).

Esse menino-vigia, ficava olhando o demente com uma varinha de pirai e, não raras vezes, para quebrar a rotina dava umas lambadas em André que enfurecia, como qualquer outro ser humano, corria em direção ao menino, o que o impedia eram as correntes que o jogava no chão mergulhando-o na lama fétida.

Vivia nu ao relento, debaixo do sol e da chuva, debaixo do frio nevoento do fim da seca. Os bichos-de-pé passaram a tomar conta de seus dedos, de seus calcanhares, de seu nariz, de suas orelhas (...). As varejeiras (...) preferiram botar seus ovos no corpo do demente (ÉLIS, 2005, p. 102-3).

Uma vez que André louco estava distraído com os bichos-de-pé o menino-vigia deu-lhe uma nas costas e quando deu outra, André segurou a correia do pirai e puxou-a arrastando com firmeza o menino maldoso. Mais de doze pessoas pularam sobre André louco com pauladas, a criança sofreu arranhões pelo corpo, mas “o doido ficou moído de pau, em petição de miséria, largado na lama. A tunda que lhe ministraram expulsou as batatas de bicho de seu corpo” (ÉLIS, 2005, p. 103-4).

Aconteceu que alguns baianos que trabalhavam com os irmãos de André fizeram um colete de couro cru que se estendia da cintura ao pescoço do doido. André recuperando-se das pauladas ficou três dias sem poder se mexer. Porém, o calor da cozinha foi secando o colete e este começou a apertar as costelas de André que sentia muita dor. Quando acordou urrando de dor, porque o colete estava o estrangulando, o baiano içou-o pelas costas e “feito um polichinelo diabólico, esperneando no ar, bracejando inutilmente, gemendo da dor que a pressão das costelas

lhe causava” (ELIS, 2005, p. 105). Quando desfaleceu de tanta luta contra o colete jogaram-no no chão com feridas causadas pelo contato da pele com o colete, feridas que se encheram de varejeiras. O baiano disse que havia no corpo de André o espírito de Antônio Conselheiro, de Canudos, um espírito muito malvado. Fizeram terços e orações para que o espírito imundo de André não saísse dele e entrasse em outra pessoa. Como ninguém cuidava de André, seu corpo ficava exposto parecendo que alguém jogara farinha de mandioca sobre ele, eram os ovos de moscas. Um dia o odor da bicheira no corpo de André chamou a atenção de uma mulher e o baiano achou uma solução: “Isso, na Bahia, é coisa simples. É só benzé. Mais o coipo do infeliz tá intupido de demonho e num aceita reza. O mió mermo é ribá criolim” (ELIS, 2005, p. 106). O baiano com mais quinze pessoas encharcou o corpo de André de creolina.

foi aquele urro estrondoso. A caveira de André Louco se contraía em caretas de impressionar. Seus olhos despejavam chispas numa raiva que aterrorizava. Todos fugiram e o baiano içou de novo o corpo do homem, que ficou gesticulando no ar, aos gritos, pingando pus, creolina, corós e prodriqueira. Nessa tarde o terço ia celebrar-se no Barreiro dos Buritis e para lá foram todos, abandonando André Louco aos berros, gesticulando, dançando uma dança do outro mundo, em contorções dos diabos, espirrando varejeiras [...]. À claridade vermelha e vacilante da fomalha, sua sombra disforme projetava-se na parede enfumaçada e no teto enegrecido, mais impressionante, mais exótico, mais desproporcional. – ‘As bicheira tá tudo morta’, - exclamou o baiano. ‘E como elas, André, Santo André Louco, mártir, orai por ele’ (ELIS, 2005, p. 107-108).

O baiano puxou o terço e colocou uma medalha de São Bento na boca, pois quando o corpo esfriasse era que os demônios começariam a sair. E puxou o terço com a oração de “Ave-Maria”. André estava morto, mas a criatividade daquela gente não. De louco à mártir: “Santo André louco, mártir, orai por ele”. De forma que davam continuidade aos contos e lendas que permeavam a representação e loucura daquela gente. André estava mesmo morto na memória coletiva da cidade: o conto encerra-se com, após o barulho de alguns tiros, Joana afirmando, após a morte do louco André, sinistramente: “André louco evém vindo” (ELIS, 2005, p. 108). Reafirmando o imaginário de morte.

Percebe-se na morte de André que muito do que se fala da loucura é fruto da imaginação social de quem o fala. Além desse tocante a construção cultural da loucura, o conto está latente de percepções religiosas, tanto de um catolicismo, como de um modelo de Espiritismo. Percebe-se que no Brasil, tanto em nível médico como jurídico, acreditava-se que o espiritismo e suas práticas poderiam desencadear a loucura nas pessoas ou estados alterados na mente (ALMEIDA, 2007, p. 49), o que nos conduz a acreditar que a percepção de Joana e do baiano, do conto de

Élis, de que André estava louco devido à ação de um espírito malfeitor, eram crenças sociais inseridas na mentalidade daquelas pessoas, portanto o louco André é uma construção do senso comum imbuída no imaginário, reflexo de certos acontecimentos sociais atribuídos a André e ao próprio comportamento do protagonista do conto no desenrolar do conto.

Conclusão

Buscou-se ao logo deste artigo tecer o caminho percorrido por Élis no conto *André louco* para apontar como André foi estigmatizado de louco e punido por sua loucura. O corumbaense Bernardo Élis no conto *André louco* pinta, em formato de texto, um quadro do tratamento oferecido ao louco antes da construção dos Hospitais Psiquiátricos. No decorrer do conto demonstra como a visão negativa sobre o “outro” pode gerar a violência. Fica tangível que muito da loucura de André estava na loucura de quem observava o André, de quem o construía com o olhar de carrasco.

Em sua genialidade, Bernardo Élis, aponta a precariedade da cidade do conto e abre a discussão para a necessidade de um Manicômio, de um local adequado que ofereça tratamento às pessoas que sucumbissem na loucura: “precisamos de higiene pré-natal, hospitais, manicômios, assistência médica, escolas...” (ELLIS, 2005, pg. 85). Porém, não acredito que Élis a essa altura da história, acenda de forma positiva ao manicômio. Não acredito, tendo por base que *Ermos e Gerais* – livro onde se encontra o conto *André louco* – foi publicado em 1944, que Élis enxergue nas instituições manicomiais um local de tratamento digno, aonde as pessoas, como André, pudessem ser tratadas tendo em vista a dignidade humana.

Penso assim, porque diante das condições históricas do tratamento oferecido nos Hospitais Psiquiátricos, surgiram movimentos antimanicomiais/antipsiquiátricos espalhados pelo mundo. No Brasil, esse movimento redundou na Lei 10.216 de 2001 que atribuiu ao Ministério da Saúde a competência para a substituição gradual dos leitos em hospitais psiquiátricos por uma rede comunitária de atenção psicossocial: “A internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes¹⁵” (BRASIL, 2001,

¹⁵ Esse relatório é de 2008/2011. “A Política Estadual de Saúde Mental, já aprovada no Conselho Estadual de Saúde, prevê a redução de leitos psiquiátricos e a criação de serviços substitutivos. Goiás conta hoje com 19 Centros de Atenção Psicossocial – CAPS sendo: 08 CAPS modalidade II (municípios com população entre 70.000 e 200.000 habitantes) e 07 CAPS modalidade I (Municípios com população entre 20.000 e 70.000 habitantes), e estas duas modalidades atendem usuários com transtornos mentais. Existem também 03 CAPS ad para atendimento de usuários com transtornos decorrentes do uso e abuso de álcool e drogas e 02 CAPSi para infância. Estão previstos ainda para 2008, já aprovados na CIB, aguardando apenas a habilitação dos mesmos junto ao Ministério da Saúde, a implantação de mais 03 CAPS, sendo 01 CAPS II, 01 CAPS I e 01 CAPSi. Conta também com 07 Serviços

art. 4º), conduzindo as pessoas com transtornos mentais para Hospitais gerais. Em 2003, o “Programa De Volta para Casa,” oriundo da Lei nº 10.708, amparava pacientes com transtornos mentais de longa permanência de internação em Hospital Psiquiátrico com programas de suporte social com o intuito de potencializar a alta hospitalar e a reintegração social.

Essa Lei visa diminuir os leitos em Hospitais Psiquiátricos. A proposta é redirecionar os recursos financeiros que não serão enviados aos Hospitais Psiquiátricos aos tratamentos extra-hospitalares: “às ações territoriais e comunitárias de saúde mental, como os centros de atenção psicossocial, serviços residenciais terapêuticos, ambulatorios, atenção básica e outros” (BRASIL, 2004). Com isso, esperava-se a diminuição dos hospitais de maior porte e o redirecionamento do tratamento oferecido às pessoas com transtornos mentais. Ainda, segundo a Lei, os Hospitais Psiquiátricos com mais de 160 leitos conveniados ao SUS – Sistema Único de Saúde - deveriam reduzir progressivamente os leitos “de acordo com limites máximos e mínimos que atendam às necessidades de garantia da adequada assistência aos usuários do SUS” (BRASIL, 2004).

Percebe-se que as leis falam da diminuição dos leitos e de tratamento extra-hospitalares e não do fim dos Hospitais psiquiátricos. Isso porque existem casos específicos em que o internado precisa de tratamento psiquiátrico oferecido por pessoas devidamente qualificadas. Em Anápolis, o Jornal O Contexto (Edição 253 de 26 fev. a 04 mar. de 2010) na coluna “Paciente psiquiátrico é ‘contido’ pela política” noticiou um ocorrido no Hospital Municipal de Anápolis no dia 21 de fevereiro de 2010 onde um paciente internado apresentou crise agressiva e para contê-lo foram necessários dois policiais e um funcionário do Hospital com um cassetete na mão. Isso demonstra falta de capacitação da Unidade Médica para lidar com pessoas acometidas de transtornos mentais, o Município não contava, neste período, com psiquiatras nessa Unidade. Em outro caso, conforme reportagem do G1 – Portal de Notícias da Rede Globo -, adolescente esquizofrênico que era mantido amarrado em uma cama dentro de casa é internado no Sanatório Espírita de Anápolis¹⁶. Era mantido amarrado porque ficava agressivo dentro de casa e, não raras vezes, agredia a própria mãe que sem saber como socorrê-lo, buscava meios para tal acorrentando-o à cama. Neste caso em específico, certamente, pessoas preparadas saberiam lidar de forma mais adequada com essa pessoa.

Residenciais Terapêuticos, onde abrigam egressos de longas internações psiquiátricas sem vínculo familiar” (BRASIL, 2008, p. 90).

¹⁶ Disponível em: <<http://g1.globo.com/goias/noticia/2015/03/adolescente-esquizofrenico-que-era-mantido-amarrado-e-internado-em-go.html>> Acessado em 21 de jul. 2019

Sendo assim, sou da posição de que a sociedade pode ganhar benefícios quando as pessoas com transtornos mentais ficam o mínimo possível no Hospital Psiquiátrico e retornam para as suas casas tendo condições de convívio social e familiar. Porém, é preciso pensar nos doentes incuráveis e agressivos, e nas famílias que geralmente adoecem com elas, para perceber que, em certos casos, o tratamento psiquiátrico é indispensável e o mais próximo de oferecer condições de uma vida mais digna tanto ao paciente quanto a família do mesmo. Simultaneamente, tendo em mente a história, é preciso urgentemente continuar a humanização do tratamento proporcionado às pessoas acometidas de algum transtorno mental e oferecer uma vida mais digna, com o menor sofrimento possível, esporte, lazer e maior participação no convívio social para que sintam ser o que de fato são: pessoas. Nesta direção, a reflexão do conto André louco, no que tange o sofrimento e a construção social da loucura, é real e urgente diante os históricos sistemas de exclusão e retenção dos corpos. Espera-se que o atual momento histórico não seja um período de retrocesso as técnicas invasivas de disciplinamento, mas que seja um momento de reflexão e aprimoramentos dos sistemas existentes de atendimento e tratamentos as pessoas acometidas de algum transtorno mental. Afinal, como afirmou o Jornal *O Anápolis* do ano de 1950:

O doente mental não é um ser estranho, ‘uma alma transviada’, como diziam antigamente, que merece castigo e cadeia, O doente mental é apenas um doente e, como os demais, tem direito a tratamento adequado. Não veja no doente mental um ser estranho, mas um ente humano que precisa de ajuda e tratamento¹⁷.

Referências bibliográficas

- ACADÊMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Biografia Bernardo Élis**. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/bernardo-elis/biografia>> Acessado em: 06 de Out. de 2019.
- ALMEIDA, Angélica Aparecida Silva de. **“Uma fábrica de loucos”: Psiquiatria X espiritismo no Brasil (1900-1950)**. Tese de Doutorado apresentado à Universidade Estadual de Campinas. São Paulo: 2007. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280289>> Acessado em: 08 Set. 2019.
- ANDRADE, Rodrigo de Oliveira. **Aos loucos, o hospício**. Revista pesquisa FAPESP, ed. 263, jan. 2018, pg. 90. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2018/01/16/aos-loucos-o-hospicio/>>, acessado em: 04 Ago. 2019.
- BRASIL. **Portaria nº 251 de 31 de Janeiro de 2002**. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2017/julho/27/GM_P251_02_psiq.pdf> Acessado em 20 de jul. 2019.

¹⁷ Jornal O Anápolis, Ano XVI, 23 de Abril de 1950, folha 02

BRASIL. **Portaria nº 1.727 de 24 de Novembro de 2016.** Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2016/prt1727_24_11_2016.html> Acessado em 20 de jul. 2019.

BRASIL. **Ministério da Saúde.** Portaria nº 3.168 de Novembro de 2017. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt3168_30_11_2017.html> Acessado em: 26 de Jul. 2019.

BRASIL. **Lei 10.708 de 31 de Julho de 2003.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.708.htm> Acessado em 19 de jul. 2019.

BRASIL. **Portaria nº 52, de 20 de janeiro de 2004.** Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2004/prt0052_20_01_2004.html> Acessado em 19 de jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.708 de 31 de julho de 2003.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.708.htm> Acessado em: 20 de jul. 2019.

CANCIAN, Natália. **“Não podemos censurar técnicas, diz ministro da saúde sobre ‘eletrochoque’”.** Jornal Folha de São Paulo. Ano 98, nº 32822 Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2019/02/nao-podemos-censurar-tecnicas-diz-ministro-da-saude-sobre-eletrochoque.shtml>>, acessado em 27 Set. 2019.

COOPER, David. **Psiquiatria y antipsiquiatria.** Locus Hypocampus, Buenos Aires: s/d.

CURADO, Maria Eugênia. **“André louco”: violência e brutalidade na representação do bem-estar social.** Revista Plurais – Virtual, Anápolis - Go, vol.6, n. 2 – jul./dez. 2016 - ISSN 2238-3751.

CURADO, Ramir. **Síntese histórica de Corumbá de Goiás.** Anápolis: EDHCA, 2007, 3ª ed.

CURADO, Ramir. Bernardo Élis: **Goiás e o regionalismo modernista.** Anápolis: Moderna, 2019.

DESCARTES, René. **Discurso do Método.** São Paulo: Martin Claret, 2008.

ELÍS, Bernardo. **André Louco In Ermos e Gerais.** Rio de Janeiro, Editora Globo, 2005.

FIGUEIRÊDO, Marianna Lima de Rolemberg; DELEVATI, Dalnei Minuzzi; TAVARES, Marcelo Góes. **Entre loucos e manicômios: história da loucura e a reforma psiquiátrica no Brasil.** Revista de Ciências humanas e sociais. Maceió, v. 2, n.2, p. 121-136, Nov 2014 Disponível em: <www.periodicos.set.edu.br>, acessado em 16 Ago. 2019.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura** – tradução de José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** Petrópolis: vozes, 2014.

IGLÉSIAS, Francisco. **O Brasil monárquico: reações e transações.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 7ª ed, 2004.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **NOTA TÉCNICA Nº 11/2019-CGMAD/DAPES/SAS/MS.** Disponível em: <<http://pbpd.org.br/wp-content/uploads/2019/02/0656ad6e.pdf>>, acessado em 27 Maio 2019

NOTA TÉCNICA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE nº 11/2019 – CGMAD/DAPES/SAS/MS. Disponível em: <<http://pbpd.org.br/wp-content/uploads/2019/02/0656ad6e.pdf>>, acessado em 27 Set. 2019

MENDONÇA, Henrique. **Paciente psiquiátrico é ‘contido’ pela polícia.** *Jornal Contexto*, Edição 253, 26 de fevereiro a 04 de março de 2010. Disponível em: <http://www.jornalcontexto.net/paciente-psiquiatrico-e-contido-pela-policia>, acessado em: 02/06/2019

PAULA, Éder Mendes de. **A construção de André, o louco de Bernardo Élis.** Anais do IV Simpósio Nacional do CEAA, II Simpósio Nacional de História, I colóquio da UEG na escola. Educação, história e saberes do Cerrado: contextos étnicos-culturais e ambientais em (re) construção. Setembro de 2012

PESVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural** – 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

REGO SANTOS, Ronivaldo de Oliveira. ***Da cidade de Goiás à Goiânia: narrativa e representação do louco e da loucura em Goiás (1930-1954)***. Disponível em: Anais da III Semana de Línguas e Literaturas do Campus Campos Belos. UEG, 2017. p.48-63.

SÉMELIN, Jacques. ***Purificar e destruir: usos políticos dos massacres e dos genocídios.*** Rio de Janeiro: Difel, 2009, tradução de Jorge Bastos